



Artículos de Investigación

Metodologías emergentes en la Comunicación Católica

Documentos oficiales de las Conferencias Episcopales italiana, brasileña y caribeña

Emerging Methodologies in Catholic Communication
 Official documents of the Italian, Brazilian and Caribbean Episcopal Conferences

Metodologias emergentes na Comunicação Católica
 Documentos oficiais das Conferências Episcopais Italiana, Brasileira e Caribenha

DOI: <http://dx.doi.org/10.18566/comunica.n40.a02>
 Recibido: 18/04/2019 - Aceptado: 11/06/2019

Resumen

Este artículo integra investigaciones desarrolladas en mi tesis de doctorado “La Educomunicación en el Directorio de Comunicación de la Iglesia en Brasil: aprendizaje en perspectiva”, defendida en la Universidad de São Paulo. Aquí presentamos los documentos específicos producidos por las tres primeras Conferencias Episcopales para avanzar en el campo de la comunicación en el mundo católico. Buscamos tejer un análisis comparativo entre esos documentos, delineando las contribuciones de cada una y el conjunto que estas traen al campo de la comunicación y la práctica pastoral de la Iglesia Católica en Italia, en Brasil y en el Caribe.

Mauricio Cruz

Doctor en Ciencias de la Comunicación por la Universidade de São Paulo USP - Brasil (2018). Maestro en Teología Sistemática/Liturgia, por la Pontificia Universidade Católica de São Paulo (2012). Maestro en Comunicación por la Faculdade Cásper Líbero (2009). Posee Lato Sensu en Comunicación por la Faculdade Cásper Líbero (2007). Licenciatura en Teología por el Instituto Teológico São Paulo - ITESP (2001) y Licenciatura en Filosofía por la UNIFAI - Faculdades Associadas Ipiranga (1996).

Palabras clave

Comunicación Católica, Directorio de Comunicación, Educomunicación, Comunicación Pastoral, Metodologías Comunicativas.

Key words

Catholic Communication, Directory of Communication, Educommunication, Pastoral Communication, Communicative Methodologies.

Palavras-chave

Comunicação Católica, Diretório de Comunicação, Educomunicação, Comunicação Pastoral, Metodologias Comunicativas.

Abstract

This article integrates the research developed in my doctoral thesis “The Educommunication in the Directory of Communication of the Church in Brazil: learning in perspective”, defended at the University of São Paulo. Here we present the specific documents produced by the first three Episcopal Conferences in order to advance in the field of communication in the Catholic world. We seek to weave comparative analysis between these documents, outlining the contributions that each and all of these productions bring to the field of communication and the pastoral practice of the Catholic Church in Italy, Brazil and the Caribbean.

Resumo

Este artigo integra pesquisas desenvolvidas em minha tese de doutoramento “A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva”, defendida junto à Universidade de São Paulo. Aqui apresentamos os documentos específicos produzidos pelas três primeiras Conferências Episcopais a avançarem no campo da comunicação no mundo católico. Buscamos tecer análise comparativa entre esses documentos, delineando contribuições que cada uma e o conjunto dessas produções trazem para o campo da comunicação e a prática pastoral da Igreja Católica na Itália, no Brasil e no Caribe.

Introdução

Pretende-se com este artigo analisar novas perspectivas para a Comunicação Católica a partir da análise comparativa de três documentos: Diretório de Comunicação da Itália, Diretório de Comunicação da Igreja do Brasil e a Carta Pastoral das Antilhas. Apesar da especificidade e do contexto de produção, buscamos reconhecer metodologias emergentes na comunicação católica e, sobretudo, como os três documentos articulam uma nova dimensão em termos de produção, circulação e recepção no campo da prática pastoral comunicativa na Igreja Católica.

Na longa estrada aberta pelo Concílio Vaticano II em torno da comunicação eclesial católica – *Inter Mirifica*, 1963 –, a primeira Conferência Episcopal a lançar um Diretório de Comunicação foi a CEI – Conferência Episcopal Italiana –, com a publicação do texto *Comunicação e Missão: diretório sobre as comunicações sociais na missão da Igreja* (2004). A segunda Conferência foi a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, que lançou o *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil* (2014). E a terceira, e até o presente momento a última, foi a AEC – Conferência Episcopal das Antilhas

–que publicou o documento *Uma Carta Pastoral: novas formas de ser Igreja em um mundo digital* (2017).

Apresentamos aqui uma descrição dos três documentos, fazendo uma aproximação analítica, inicialmente entre os diretórios do Brasil e da Itália e depois entre a Carta das Antilhas e o diretório do Brasil. O objetivo é, em última instância, analisar as interferências e os desdobramentos dos documentos, sobretudo para apresentar novas formas de compreender a comunicação. Sem a pretensão de analisar amplamente cada documento, a proposta é vislumbrar o conceito de Educomunicação como espaço epistemológico potencializador transversal dos documentos que, conseqüentemente, abre novos caminhos e possibilidades metodológicas para as práticas comunicativas da Igreja Católica.

Em termos metodológicos, a adoção do método descritivo e comparativo intenta, a partir dos pontos de conexão entre os documentos, observar as transformações e os novos rumos possíveis para a comunicação católica com o eixo provocador apresentado pela Educomunicação, sem, portanto, qualquer pretensão estatística. Este conceito, argumentamos, sintetiza a comunicação como relação, princípio fundante no que concerne à experiência da prática comunicativa na Igreja. Dessa forma, adotamos o diretório brasileiro como ponto referencial discursivo, a partir do qual observamos os discursos dos outros dois documentos.

Ao propor a análise comparativa das categorias metodológicas emergentes nos documentos, buscamos a diversidade, os contrapontos e também as proximidades na construção das políticas católicas de comunicação. Para realizar tal estudo, os dados e o referencial teórico apresentados neste artigo foram sistematizados na tese de doutoramento “A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva”, defendida junto à Universidade de São Paulo, na primavera de 2018.

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil

Publicado pela CNBB em 2014, este documento marca historicamente um pronunciamento oficial da Igreja Católica no Brasil em termos de práticas pastorais no ambiente da comunicação, de sua cultura e de seus métodos de estudo e aplicação. Esse pioneirismo também se destaca pelo ineditismo proposto pelas terminologias educamunicativas e suas metodologias nos estudos e aplicabilidade prática da comunicação pastoral nas dioceses e paróquias do Brasil.

A apresentação do documento é constituída por nove parágrafos, não enumerados, e assinada pelo Secretário-geral da CNBB, Leonardo Ulrich Steiner. O secretário inicia o documento dizendo “Comunicação é relação; relação é comunicação” (CNBB, 2014, p. 5). Quanto a isso, importa dizer que os documentos da Igreja Católica, especialmente os vaticanos, têm seu título composto pelas primeiras palavras do discurso do documento. Assim, seguindo esta mesma linha de raciocínio, observamos nessa primeira passagem as palavras mestras do Diretório: *comunicação e relação*. Sendo, portanto, “nessa dinamicidade de relação que a pessoa humana é convocada à consumação de si mesma” (CNBB, 2014, p. 5). Destaca, ainda, que “a comunicação, por ser relação, é sempre dialógica” (p. 6). O secretário agradece “a todas as pessoas que buscaram servir a Igreja na construção do Diretório da Comunicação. Um caminho longo, paciente, frutuoso” (CNBB, 2014, p. 7). Segundo ele, “o Diretório da Comunicação ajudará a Igreja no Brasil na sua missão evangelizadora, na sua presença samaritana, consoladora, libertadora. Presença que se estende a todas as periferias geográficas e existenciais” (CNBB, 2014, p. 8).

A introdução do Diretório aparece com o seu primeiro parágrafo já enumerado, somando um total de 10 parágrafos, e cada parágrafo remete a um capítulo constitutivo do documento, como uma breve síntese dos assuntos abordados em cada um deles.

O parágrafo 1 destaca a aposta da Igreja Católica na comunicação como forma de redescobrir suas motivações fundamentais no exercício prático de sua missão: “hoje é necessário um empenho eclesial mais convicto a favor de uma nova evangelização, para descobrir de novo a alegria de crer e reencontrar o entusiasmo de comunicar a fé” (CNBB, 2014, p. 9).

O parágrafo 2 avança na compreensão da “ação evangelizadora como prática de comunicação” (p. 9), depreendendo daí que o contexto da vida pastoral e comunitária da Igreja no Brasil está sendo refletido e compreendido a partir do “exercício da comunicação” (CNBB, 2014, p. 9), ou seja, das práticas e vivências comunicativas.

O parágrafo 3 apresenta o objetivo geral do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, o qual seria “motivá-la a atualizar e aprofundar os conhecimentos e referências, tanto de seus pastores quanto de seus fiéis sobre a natureza e a importância da comunicação para a vida da comunidade eclesial” (CNBB, 2014, p. 10).

O parágrafo 4 faz uma breve descrição da composição do documento, seus capítulos, propostas e motivações, afirmando que já vinham fundamentadas desde o Decreto *Inter Mirifica*, do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1963,

estabelecendo uma conversa de intenções com a “cultura do encontro”, proposta pelo Papa Francisco. A partir disso, o documento declara “opção por uma comunicação aberta ao diálogo com o mundo, a sociedade e suas tecnologias” (CNBB, 2014, pp. 10-11).

O parágrafo 5 apresenta os destinatários específicos do Diretório, descrevendo-os como “responsáveis pela formulação e pela condução das práticas de comunicação nos diferentes âmbitos da vida eclesial e nas relações da igreja com a sociedade” (CNBB, 2014, p. 11). Também relaciona as fontes temáticas do conteúdo apresentado pelo documento como “referenciais comunicacionais, sociológicos, éticos, políticos, teológicos e pastorais” (CNBB, 2014, p. 11). Destaca-se nesse parágrafo a preocupação com a destinação do conteúdo, que deve estar, sobretudo, voltado à reflexão e formação das lideranças comunitárias, buscando promover “uma gestão da comunicação compatível com as necessidades das comunidades” (CNBB, 2014, p. 11). Aparece também nesse parágrafo uma preocupação com a produção de subsídios midiáticos de linguagem simples que tenham como base os conteúdos apresentados nos diversos capítulos do Diretório. O parágrafo é finalizado com a ideia de que, por meio desse exemplo de produção, se tenha uma proposta de fortalecimento da Pastoral da Comunicação.

O parágrafo 6 contextualiza o momento coincidente da chegada do Diretório e das “mudanças trazidas à sociedade contemporânea pela revolução digital” (CNBB, 2014, p. 11), mudanças que envolvem a Igreja e suas práticas sociais, entendendo o texto que “a comunicação é um processo social” e está “a serviço das relações” (CNBB, 2014, p. 11).

O parágrafo 7 faz referência à comunicação e educação, construindo em torno da reflexão a possibilidade de um “entendimento das novas condições civilizatórias, propiciando a formação de cidadãos para atuar criativamente no contexto da cultura midiática” (CNBB, 2014, p. 12). Nesse sentido, o parágrafo destaca a importância de os líderes comunitários padres, religiosos e leigos “fazerem uso dos processos e meios da comunicação... merecendo destaque às redes sociais digitais” (CNBB, 2014, p. 12-13). O parágrafo dá prioridade à Pastoral da Comunicação nos planos de pastoral da Igreja, prevendo “planejamento, formação, recursos tecnológicos e pessoal especializado” (CNBB, 2014, p. 13).

O parágrafo 8 explicita os processos de comunicação em torno das práticas sociais da contemporaneidade e suas tecnologias. Diz que “o Diretório oferece uma visão orgânica” (CNBB, 2014, p. 13) sobre esses processos e, ao mesmo tempo, observa a complexidade estrutural e institucional da Igreja perante os fluxos comunicacionais. Também destaca a intencionalidade do Diretório de que “as pessoas, setores ou organismos vinculados à Igreja”

se sintam integrados “ao grande plano de comunicação, que se espera ver realizado e plenamente estabelecido em todas as instâncias da vida eclesial” (CNBB, 2014, p. 13).

No parágrafo 9, o destaque vai para crianças e jovens como sujeitos nos processos comunicativos. Nesse parágrafo, aparece pela primeira vez no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil a referência literal às práticas da educomunicação: “o Diretório aponta para a importância de se adotarem procedimentos educacionais que favoreçam às novas gerações uma aproximação dos meios e recursos da informação a partir de uma perspectiva crítica, construtiva, autoral e cristã” (CNBB, 2014, p. 14). O parágrafo destaca o protagonismo dos leigos nas lideranças comunitárias, com o necessário reconhecimento e apoio por parte do clero, no empoderamento das linguagens e potencialidades da cultura comunicacional contemporânea.

Encerrando o discurso da introdução, o parágrafo 10 qualifica a Pastoral da Comunicação “como um processo dinâmico, dialógico, interativo e multidirecional” (CNBB, 2014, p. 14), que, uma vez presente em toda a estrutura da Igreja, promova junto às dioceses e paróquias, pastorais, movimentos e mídias católicas, a apropriação e estudo do Diretório, bem como contribua para a definição “das ações requeridas pelo tipo de intervenção comunicativa necessária para solucionar questões levantadas pelos planejamentos” (CNBB, 2014, p. 14) de forma regionalizada.

A seguir fazemos a apresentação do diretório italiano, inter-relacionando as análises com o documento brasileiro.

O Diretório de Comunicação da Itália e a emergência da cultura midiática

Intitulado *Comunicação e Missão: diretório sobre as comunicações sociais na missão da Igreja*¹, o documento italiano, publicado no ano de 2004 pela Livraria Editora Vaticana, apresenta-se em formato brochura, medindo 14 cm x 21 cm, composto de 200 páginas.

Pioneiro na Igreja Católica, o diretório de comunicação da Conferência Episcopal Italiana abre um caminho de definição pastoral específico para a comunicação no âmbito das Conferências Episcopais, apresentando no mapa geral dos assuntos tratados o delineamento das estratégias discursivas do seu conteúdo. A seguir, passamos a destacar pontos de intercessão e as diferenças entre este documento e o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil. Considere-se, então, que as citações textuais adiante destacadas pertencem todas ao diretório italiano.

1. Traduzimos todas as expressões textuais do documento italiano, mantendo, porém, todas as referências bibliográficas do original.

Já a partir da visão panorâmica do índice geral, é possível perceber muitas similitudes com o Documento 99 da CNBB². Ambos os documentos reservam como preocupação de seu primeiro capítulo a temática da relação da Igreja com a comunicação e suas práticas imersas nas condições frenéticas de um mundo em mudanças:

Il nostro tempo è caratterizzato da una diffusione degli strumenti della comunicazione sociale sempre più rapida e pervasiva. I mass-media sono ovunque attorno a noi e non possiamo più farne a meno. Siamo chiamati a vivere in questo contesto “con nuovo dinamismo” e siamo sempre più consapevoli che la comunione ecclesiale e la missione evangelizzatrice della Chiesa trovano, inoltre, nei media un campo privilegiato di espressione (n. 1)³.

A emergência da cultura midiática e suas transformações no pensamento e nas práticas contemporâneas remodelaram inclusive a maneira como a Igreja Católica começa os seus escritos, especialmente quando observamos os dois diretórios, o italiano e o brasileiro. Estes documentos mostram a mudança opcional que as Conferências Episcopais realizam no seu texto ao começar o seu discurso contextualizando a realidade atual. Trata-se de uma mudança de paradigma, pois os textos tradicionais da Igreja Católica têm a tendência de começar com um capítulo de embasamento teológico. Nesse sentido, enquanto o Documento 99 da CNBB reserva o segundo capítulo à “Teologia da comunicação”, o diretório da Conferência Italiana nem mesmo cita a palavra teologia nas titulações e intertítulos do seu texto. Isso demonstra uma mudança de visão da equipe italiana que elaborou o documento, trazendo de fato uma preocupação proeminentemente técnica sobre a comunicação e suas condições sociais na contemporaneidade. Contudo, a visão italiana de uma possível comunicação católica está condicionada à reproduzibilidade do pensamento e das técnicas midiáticas do padrão comunicativo dos grandes conglomerados de mídia. Embora o discurso do documento também se preocupe com aspectos éticos, políticos, educativos e participativos, as propostas são sempre de aprendizagem e reprodução adaptada ao ambiente católico do modelo funcionalista vigente no mundo das corporações midiáticas.

Consideramos relevante fazer nota de algumas palavras-chave localizadas entre as práticas da Igreja católica e o mundo da comunicação que são recorrentes em ambos os documentos, o diretório italiano e o Documento 99 da CNBB, como é o caso da ética, o protagonismo do homem moderno, a mídia no campo político e a formação para a comunicação. Advertimos, porém, que ambos os documentos fazem uso dessas conceituações com sentido próximo, mas com acentos e nuances diferentes, carregados de uma identidade cultural local.

2. Número referente à coleção de documentos da CNBB à qual pertence o Diretório.

3. Em tempo, importa destacarmos que na leitura destes dois próximos documentos, adotamos a numeração original dos parágrafos para melhor localização do pesquisador que nos lê. Os documentos católicos pautam-se referencialmente por essa numeração.

No tocante aos critérios éticos, o diretório italiano diz que:

Quanto più aumenta la dipendenza della comunicazione sociale dal sistema economico, tanto più risulta necessario introdurre rigorosi criteri etici. I bilanci economici sono importante, ma ogni investimento nel campo delle comunicazioni sociali deve essere fatto in sintonia con il rispetto della dignità della persona, delle verità fondamentali e della libertà. Diritti e doveri della comunicazione sociale devono svilupparsi all'interno della logica della responsabilità (n. 9).

Observando o discurso italiano sobre esses critérios éticos, percebemos certa proximidade à fala do texto brasileiro. Porém, o Documento 99 da CNBB aprofunda o pensamento na aplicação dos princípios éticos a partir de um engajamento político efetivo, apostando numa ação prática transformadora da comunicação, uma comunicação, inclusive, colaborativa e criativa, não apenas crítica e reprodutiva.

Quando o documento da Conferência Episcopal Italiana fala de protagonismo, os ouvidos brasileiros entenderiam como proatividade. Mas não é isso que o texto do documento apresenta: “A mídia, ampliando em excesso a capacidade comunicativa e relacional, pode favorecer um novo humanismo ou gerar uma dramática alienação do homem de si e dos outros” (n. 14). Ou seja, a centralidade discursiva aqui está em torno da mídia e sua cultura, marcadamente mercadológica e organizacional.

Enquanto o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil apresenta no capítulo 7 o título “Políticas de comunicação”, não se encontra no diretório italiano nos títulos ou intertítulos uma referência da comunicação às políticas públicas ou mesmo às políticas de comunicação da Igreja. O diretório italiano cita por alto os perigos do uso político da máquina midiática: “se usados para condicionar a vida democrática, política e econômica, podem tornar-se devastadores tanto para os indivíduos como para o sistema social. Por isso, a Igreja deve estar sempre vigilante e prudente” (n. 7). O documento italiano não aprofunda a perspectiva política a partir do sujeito comunicador, seja este sujeito um agente pastoral ou a própria Igreja com suas iniciativas institucionais voltadas à comunicação.

Quando nos referimos ao âmbito da educação para a comunicação, encontramos uma distância ainda maior entre as propostas que ambos os diretórios trazem. Se o brasileiro dedica os capítulos 9 e 10 para tratar dos procedimentos educomunicativos como metodologia do educar para comunicação e para pensar uma estrutura de implantação para a Pastoral da Comunicação, o italiano se limita a avaliar o aspecto funcional da comunicação midiática na Igreja como ambiente cultural e propor uma

formação a partir desse perfil. É o que o texto italiano defende no capítulo 4, “Educar e fazer cultura na sociedade midiática”. Desse modo, o diretório de comunicação da Conferência Episcopal Italiana imagina o agente da comunicação católica como um promotor cultural, cujas práticas teriam seus fundamentos nos princípios éticos cristãos, mas pensando e promovendo uma estrutura comunicativa corporativa.

Quanto à ideia de uma pastoral orgânica, defendida no capítulo 5, “Por uma pastoral orgânica das comunicações sociais”, não se trata exatamente de uma integração pastoral, como o pensamento comunicacional católico latino-americano atual teria como pressuposto de reflexão. Trata-se, melhor dizendo, da ação estruturada de pessoas especializadas com a finalidade de formar os membros do clero e os fiéis da Igreja:

È urgente, piuttosto, sviluppare una progettazione pastorale coerente e incisiva (...). Intendiamo promuovere in ogni diocesi una pastorale organica della comunicazione sociale, con ufficio diocesano adeguato e animatori ben preparati, per curare la formazione dei sacerdoti, dei comunicatori e degli utenti (n. 94).

Compreendemos, então, que estes animadores seriam os denominados promotores culturais, profissionais especializados em comunicação católica, que se dedicariam à finalidade formativa e orientativa nas dioceses da Conferência Episcopal Italiana. Em contrapartida, o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil propõe a metodologia educomunicativa como processo formativo e de gestão da comunicação em suas dioceses, paróquias e comunidades.

É preciso, porém, fazer jus aos absolutamente distintos períodos do processo de produção de ambos os documentos. Uma década separa o documento precursor *Comunicação e Missão: diretório sobre as comunicações sociais na missão da Igreja*, da Conferência Episcopal Italiana (2004), do segundo documento de mesma natureza a ser produzido no mundo, o *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2014).

À época da elaboração do diretório italiano, quando estavam no auge as teorias em torno da cultura midiática e sua ambientação na sociedade contemporânea, no Brasil, o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP estava em campo de experimentações acerca do recém-sistematizado conceito de Educomunicação, cujos estudos haviam chegado a uma definição consensual entre 1997 e 1999. Portanto, o documento de comunicação da Igreja italiana nasce no início daquela que, segundo Ismar de Oliveira Soares, coordenador da equipe de sistematização do conceito de Educomunicação,

seria a primeira década de práticas educomunicativas reconhecidas e legitimadas no Brasil, que vai de 2001 a 2011.

Como todo trabalho precursor tem seus ganhos e perdas, a Conferência Episcopal Italiana sai na frente das demais Conferências Episcopais pelo mundo católico afora, com o seu diretório de comunicação. Mas, como as próprias considerações do documento deixam entrever, já em seu primeiro capítulo, o mundo está em contínua mudança no universo das comunicações, inclusive no que se refere às teorias que acompanham as transformações culturais do fazer comunicativo. Assim, uma década depois, o *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil* pode contar com a presença de um conceito atual nas suas propostas metodológicas de aprendizagem e gestão comunicativa, a Educomunicação. No momento da publicação do Documento 99 da CNBB, o paradigma educomunicativo já se encontrava em um segundo momento de desenvolvimento, avaliação e sistematização das chamadas práticas educomunicativas, que, segundo o sistematizador do conceito, vai de 2011 a 2021.

A seguir fazemos a apresentação da Carta Pastoral antilhana, estabelecendo nossas análises de aproximações com o Documento 99 da CNBB.

A Carta Pastoral das Antilhas e a emergência das Mídias Digitais

O terceiro documento de comunicação editado no mundo católico, com um texto muito breve, publicado em 6 de agosto de 2017, a Conferência Episcopal das Antilhas (AEC) o denomina *Uma Carta Pastoral: novas formas de ser Igreja em um mundo digital*, diferentemente de um diretório de comunicação no padrão mais consolidado, como se tem na Itália e no Brasil. A Carta Pastoral de comunicação da Conferência Episcopal das Antilhas está originalmente publicada na língua inglesa em 28 páginas, em formato digital, sendo que o conteúdo principal está composto em 64 parágrafos numerados, que conservamos como no original, dispostos entre as páginas 01 e 24 em nossa versão de tradução própria. Das páginas 25 a 28, a Carta das Antilhas traz um Guia de Estudos destinado aos líderes e agentes pastorais sobre o próprio conteúdo do documento.

Na introdução do texto, a Conferência Episcopal das Antilhas apresenta como necessidade “um novo modo de ser Igreja” para atingir o objetivo de produzir e comunicar mensagens de evangelização para o povo caribenho, mediante “uma participação, diálogo e colaboração que fale ao coração, alma e à imaginação religiosa” dos seus destinatários (n. 1). E destaca que “o desafio pastoral para a era digital é garantir que a tecnologia atenda à

interação humana, multiplique as oportunidades de relações sociais” (n. 3). Portanto, “para a Igreja, a comunicação não se resume exclusivamente à tecnologia ou eficácia. Ela é uma responsabilidade espiritual” (n. 6).

Os parágrafos 8 e 9 da introdução apresentam os objetivos e justificativas da publicação desta Carta: oferecer uma reflexão pastoral e, no centro desta reflexão, apresentar a mudança fundamental que as evoluções tecnológicas digitais trouxeram para os processos de comunicação social. Como objetivo específico, a Conferência Episcopal das Antilhas propõe:

the design of an integral pastoral communications plan for our AEC region to assist our dioceses to more effectively use the gifts of this new technological evolution (...) Finally, we will offer concrete steps to ensure all of our dioceses harness the new opportunities that these emerging and new digital developments have brought us (n. 8).

A Conferência Episcopal das Antilhas se depara com o novo fenômeno das redes sociais e suas práticas tecnológicas, observando este nicho cultural contemporâneo como espaço para sua intervenção comunicativa e vendo esta intervenção como oportunidade para articular sua “missão pastoral mais eficientemente, efetivamente de forma inteligente, levando em consideração a gestão qualitativa de nossos recursos limitados” (n. 9).

O propósito deste documento é animar as dioceses que compõem a Igreja no Caribe a “encarar as deficiências do nosso atual modelo de ‘ser Igreja’ e nossa tendência isolacionista” (n. 10), buscando compreender que o universo das redes digitais “não é um ambiente separado, mas está se tornando cada vez mais integrado em nossas vidas diárias” (n. 11), exigindo dos sujeitos envolvidos na práxis eclesial uma atitude que possa “garantir que a Igreja continue a ser uma força significativa” para a sociedade (n. 12):

This will only happen if we are willing to act in collaboration (...). What we are proposing here is nothing less than a personal, ecclesial, and cultural conversion, embracing anew the spirit of the Gospel while using the new evolving digital communication resources available in our time (n. 12).

No capítulo “Evolução rápida” (p. 13-31), a carta antilhana faz uma retomada do caminho histórico dos últimos 25 anos da relação da Igreja com a comunicação a partir do documento pontifício *Aetatis Novae* e contextualiza as reflexões e ações de resposta da Igreja ao fenômeno do mundo contemporâneo em constantes e profundas mudanças protagonizadas pela tecnologia das comunicações.

Our access to an enormous amount of knowledge via Internet portals and services has all but transformed the peoples of the Caribbean and our culture. We are no longer simply consumers of media. With a simple digital device, each person is potentially a producer of media (n. 17).

As digital natives, our youth navigate the digital milieu with ease and creative precision and, of course, with tremendous frequency. Therefore, as Church, we desire to call forth the artistic giftedness of women and men within our faith communities to assist us in our mission in the digital milieu (n. 18).

How we communicate faith to the current and next generation is now one of the single greatest challenges the Church in the Caribbean faces. We are no longer in the information age of Web 1.0. We are living in what is called the 'age of attention economy web 3.0' (n. 25).

This emerging culture, reckoning with the acceleration of technological innovation, globalization, and climate change, offers us some clues to this new emerging value structure. This culture is based on Web 2.0 and 3.0. This is a highly participatory e-culture. This is a collaborative culture. But it is a culture in which messages are shaped by the individual's eprofile. We have far more access to information but sometimes less access to truth (n. 26).

Este capítulo é concluído com a indicação de princípios para uma comunicação pastoral e evangelizadora:

We can deduce the three steps of which any pastoral and evangelizing pastoral communications plan has to be made: (1) prayer, (2) being filled with the Holy Spirit, and (3) speaking the Word of God boldly. Pastoral and evangelizing communication starts with prayer because it is God's communication (n. 30).

O capítulo "Uma nova forma de ser Igreja no Caribe" (p. 13-16) contextualiza as ações da Igreja Católica nas Antilhas a partir das inspirações do Concílio Vaticano II e delinea o avanço sistemático do processo de organização pastoral e os desafios impostos ao modelo de gestão de suas práticas comunicativas atuais.

From the time of the Second Vatican Council, we in the Caribbean have sought a Church that was inclusive, a Church in which the laity participate meaningfully, a Church that speaks to the soul and fires the religious imagination of the Caribbean person (n. 32).

We have made many strides in this Direction (...). However, the rapid digital communications transformations we are experiencing today require of us a deeper reflection on a model of Church in the 21st century. How do these

transformations affect being Church today? What initiatives need we embrace to reflect and witness Gospel values within an expanding digital milieu within our Caribbean region? The Church needs to re-imagine how to communicate faith and to be authentic in our communications (n. 33).

The digital world is a public square, a meeting-place where we can either encourage or demean one another, engage in a meaningful discussion or unfair attacks.' There is no doubt that the digital milieu can be used as a way of building a society that is healthy and open to sharing, caring, and serving one another. Our communication messages must share the joy and the hope (n. 41).

A Conferência Episcopal das Antilhas afirma no seu documento que, por meio de uma atenção cuidadosa aos processos comunicativos participativos, se pode promover a paz nos moldes do que o Papa Francisco chama de *cultura do encontro*: "isto é, inclusive, nosso compromisso com a não-violência, para o qual necessitamos de um processo de formação" (n. 42).

O protagonismo dos leigos nesta tarefa de planejamento e implementação de ações estratégicas de comunicação é outro destaque do documento antilhano:

The Caribbean Church needs to see the laity's role evolve with a robust collaborative and participative encounter within the Church and greater awareness of our co-responsibility for the Church's mission (n. 43).

O documento conclui este capítulo reafirmando a urgência de uma adequada e específica educação para a cultura da comunicação:

This requires a bold and courageous pastoral communications formation programme for our laity to become missionary disciples in the digital milieu. It requires people who are committed to the mission of the Church and who bring their professional knowledge and their depth of skills to the mission of the Church in the 21st century (n. 44).

O último capítulo do diretório antilhano é a proposta de "Uma aplicação pastoral: projetando um plano integrado de comunicação pastoral", em que se destaca o discurso em torno da concepção pastoral no uso instrumental das diretrizes apresentadas nos capítulos anteriores. Neste capítulo, a Conferência Episcopal das Antilhas se coloca em construção colaborativa daquilo que ela chama de Plano Integrado de Comunicação Pastoral. A ideia é movimentar todas as dioceses e comunidades católicas do Caribe para, comunitariamente, projetarem este plano, seguindo alguns princípios norteadores como passos essenciais desse processo, que começa com o lançamento desta Carta Pastoral, a qual achamos por bem denominar, nesta pesquisa, Diretório de Comunicação das Antilhas.

A base de construção do planejamento desse Plano Integrado é proposta a partir de “três valores: compromisso, comunhão e colaboração” (n. 46). Desse modo, compreende-se que:

Pastoral communications planning is not something that a few people with greater status, power, and authority do for the rest of us. Quality and effective pastoral communications planning animates vitality and vibrancy within the diocese and parish. The creation of an Integrated Pastoral Communications Plan is to be a cooperative exercise, involving all the ministries of the diocese (n. 46).

A ideia de um processo participativo na construção do Plano Integrado de Comunicação Pastoral prevê a identificação de objetivos específicos e de prioridades das dioceses e comunidades locais. Daí a necessidade de que esse processo de planejamento seja de natureza colaborativa, de modo que, ao projetar o Plano Integrado, todo o conjunto das Igrejas que compõem a Conferência Episcopal das Antilhas venha a se reconhecer presente no documento elaborado.

As linhas diretrizes de elaboração deste planejamento destacam, inclusive, o fundamental reconhecimento, envolvimento e participação das autoridades eclesiais em suas dioceses e paróquias: “o bispo é a pedra fundamental da estratégia integrada de comunicações pastorais” (n. 50). Esse destaque do diretório antilhano evidencia que, sem o engajamento do clero na elaboração e execução do plano, não há como implementá-lo:

The bishops’ pastoral priority is the New Evangelization, with the purpose of the pastoral plan for communications being to foster a theology and spirituality of uniting (...). The Integrated Pastoral Communications Plan, therefore, plays a key role in creating the framework for all commissions (n. 51).

O documento antilhano cita alguns tópicos relevantes para o sucesso da construção deste planejamento, que começa com a sua própria publicação:

Collaboration is vital for the process (n. 52).

The integration of new digital communication technologies into our ministries (n. 53)

The Vision of the Antilles Episcopal Conference’s Integrated Pastoral Communications Plan (IPCP) cultivates quality collaboration, communion, and communication within and among the dioceses of the region in order to promote a dynamic Catholic social communications media presence within the Caribbean (n. 54).

Desired outcomes to integrate social communications media education into all ministry formation programs (e.g., catechesis, New Evangelization, liturgy, social justice), inclusive of Permanent Diaconate and Seminary Formation Programs (n. 55).

To encourage, support, and reward diocesan ministers to pioneer new methodologies by collaborating within the diocese to support a fresh perspective for implementing an Integrated Pastoral Communications Plan (financial, technical, and personnel support) (n. 55).

Steps for Developing an Integrated Pastoral Communications Plan. Each of these steps involves collaborative dialogue, discernment, and action for paving the way for the following phase: Research Phase, Design Phase, Implementation Phase, Evaluation Phase (n. 59).

A Carta das Antilhas, na fase prevista de estruturação do desenvolvimento do Plano Integrado, faz uma referência ao Documento de Aparecida sobre a educação para a comunicação: “promoção de formação profissional na cultura da comunicação para todos os agentes pastorais e fiéis [Documento de Aparecida, n. 486b]” (n. 59).

A conclusão da Conferência Episcopal das Antilhas é de que “a mídia pode ajudar a nos sentirmos mais perto uns dos outros, criando uma sensação de união da família humana, que por sua vez pode inspirar solidariedade e sérios esforços para garantir uma vida mais digna para todos” (n. 62).

Como apêndice ao documento antilhano, a Conferência Episcopal propôs ainda um Guia de Estudo sobre a própria Carta Pastoral e suas propostas. O guia, na verdade, se resume a questões que refletem e problematizam cada uma das propostas apresentadas ao longo do documento, seguindo a ordem dos capítulos e seus números referenciais. A ideia é refletir sobre todo o conteúdo apresentado, estudando e elaborando possibilidades de aplicação nas realidades locais, e, com isso, colaborar efetivamente no projeto piloto do Plano Integrado:

The desired objective is that each diocese, parish and faith community engages in designing an Integrated Pastoral Communications Plan that leads to solidarity, stewardship and synergy within the Catholic Church of the Antilles Episcopal Conference (p. 25)⁴.

Na abordagem da Carta das Antilhas, identificamos alguns elementos de maior proximidade em relação ao Documento 99 da CNBB. Nesse sentido, vale a pena ressaltar que, mesmo que o texto original das Antilhas esteja em inglês, a linguagem se faz mais vizinha pela cultura latino-americana.

4. Aqui adotamos o número de página porque o fragmento está no Guia, que é um apêndice do documento. A citação segue o original no conteúdo e na página.

A modo de conclusão, a seguir nos propomos a enfatizar alguns dados que nos pareceram mais significativos entre os três documentos.

Análise comparativa das categorias metodológicas emergentes

1. *A percepção de uma rápida incidência das tecnologias da comunicação*
Este aspecto está presente na Carta das Antilhas, no Documento 99 da CNBB e é comum também ao diretório de comunicação italiano, estabelecendo aí talvez um princípio causal de reverberação dos conteúdos a partir do primeiro diretório a ser publicado no mundo.
2. *A preocupação com a cultura contemporânea das mídias digitais*
Aqui houve apenas a atualização da tecnologia no documento antilhano, mas a ideia central em torno da cultura midiática perdura desde o diretório italiano.
3. *O destaque afirmativo pela educação para a comunicação*
A proposta antilhana neste âmbito segue um caminho próximo às propostas do diretório brasileiro, no sentido de se afirmar uma ideia de trabalho colaborativo integrado e localizado nas bases comunitárias, com uma visão crítica e criativa diante do ambiente cultural midiático. Contudo, fica faltando exatamente o planejamento objetivo das práticas educacionais nessa proposta educativa.
4. *O trabalho colaborativo na execução do projeto de um plano de comunicação pastoral integrada*
Essa proposta foi experimentada no Brasil durante a década de estudos de preparação do Documento 99 da CNBB e, especialmente, à época de sua publicação, quando a equipe de Assessoria de Imprensa da CNBB viajou para os Regionais para levar o documento a ser conhecido e promover um projeto de comunicação local. Em nossa pesquisa, percebemos que a experimentação não foi bem-sucedida em alguns Regionais da CNBB, onde o documento e suas propostas ainda seguem desconhecidos por autoridades e agentes pastorais locais. Contudo, a Assessoria de Comunicação da CNBB continua investindo na preparação de material de apoio em vista da implementação desse projeto. É o caso do texto de estudos “Orientações Pastorais para as Mídias Católicas”, destinado às Assessorias de Comunicação dos Regionais e Dioceses, e o “Guia de Implantação da Pastoral da Comunicação”, destinado aos grupos de Pascom e aos bispos e padres interessados em criar esses grupos em suas dioceses, paróquias e comunidades. Esses textos

recém-publicados continuam em fase de aprimoramento e trazem como pressuposto uma atualização anual.

5. *O destaque ao imprescindível protagonismo dos leigos na comunicação pastoral*

Diferentemente da concepção formal italiana, os documentos antilhano e brasileiro trazem uma percepção de proatividade na gestão colaborativa dos leigos junto à comunicação católica, seja ela de cunho estritamente pastoral ou profissional nos ambientes de assessoria ou midiáticos.

6. *A comunicação pastoral como um trabalho planejado, integrado, colaborativo e inclusivo*

Estas características qualificam as propostas dos documentos do Brasil e das Antilhas. A intencionalidade desses textos é propor às Igrejas locais de suas Conferências um planejamento de comunicação de cunho pastoral, relacional, comunitário e, por vezes, institucional, no qual sejam inseridas as potencialidades instrumentais de mídia.

7. *A atenção ao ambiente da comunicação e seu uso político nos países e cidades*

Essa perspectiva está alinhada à tradicional leitura crítica da comunicação e perpassa os três documentos.

8. *A relevância da espiritualidade na aprendizagem e nas práticas comunicativas dos agentes pastorais*

Em vista de uma comunicação cujo planejamento seja voltado para a pastoral e ação evangelizadora, os três textos destacam a espiritualidade como ponto de partida.

9. *A proposta de um Guia de Estudos*

A Carta antilhana traz um Guia de Estudos no apêndice, que similarmente no Documento 99 da CNBB aparece no final de cada capítulo como “Pistas de ação”, indicando caminhos de implementação dos conteúdos refletidos.

10. *10. Inspirações no CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano*

Tanto o Documento 99 da CNBB quanto a Carta das Antilhas fazem referência ao “Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe” no tocante a um necessário planejamento de integração dos trabalhos de comunicação, bem como no estabelecimento de critérios avaliativos das ações comunicativas da Igreja.

Contrastes entre as ações comunicativas na Igreja Católica da Itália, Brasil e Caribe

1. Contrastes entre os três documentos

Em configuração de simples Carta Pastoral, o documento antilhano não tem a pujança formal e estrutural do Documento 99 da CNBB, e, nesse sentido, tampouco se compara ao documento italiano. Na forma como se encontra, o documento das Antilhas se localizaria numa das fases iniciais de incubação do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, quando se fizeram as primeiras bases colaborativas de sua elaboração.

O documento antilhano dá prioridade à comunicação pastoral enquanto ação colaborativa promovida pelos agentes pastorais em suas comunidades locais. No tocante às mídias e sua cultura, a preocupação se volta mais para o fator da educação para a comunicação a partir do domínio das linguagens midiáticas. De qualquer forma, o discurso antilhano se mantém em torno da cultura das mídias, por vezes corporativas, mesmo que privilegie como ponto de intervenção as redes sociais ou mídias digitais, como classifica.

O Documento 99 da CNBB também enfatiza este universo, inclusive trazendo dois capítulos sobre o mesmo tema da cultura midiática: o capítulo 6, sobre “A Igreja e a mídia”, e o capítulo 7, sobre a “Igreja e mídias digitais”.

É possível, como dissemos acima, que toda essa preocupação em torno da cultura midiática derive das fontes nativas do primeiro diretório, o documento italiano, a partir do qual observamos a proeminência de uma literatura voltada para a ambientação da comunicação funcional, referendada pelas teorias da Mídia Educação, Educação Midiática ou Literacias da Informação Midiática e afins, cujas competências se baseiam numa educação para a mídia, no letramento digital e na leitura crítica.

2. Semelhanças e diferenças nas práticas comunicativas entre Itália, Brasil e Caribe

Em termos de diferenças entre as práticas comunicativas nas experiências dos três países, o que aparece no horizonte mais próximo é o caráter funcional e tecnicista do documento italiano. Ainda que se preocupe, é necessário dizer, com aspectos éticos, educativos e participativos, o diretório de comunicação da Itália, apresenta uma tendência mais funcional de conceber a comunicação Católica e a própria educação para a comunicação. Essa prática se revela, portanto, mais técnica e instrumentalizada, uma vez que deixa claro sua preocupação com a construção de uma comunicação

baseada em um modelo de caráter corporativo, enquanto enxerga o agente pastoral como um promotor cultural dos princípios éticos cristãos.

Nesse sentido, a experiência antilhana se aproxima do registro italiano, quando demonstra sua preocupação mais acentuada em observar os desafios propostos pela era digital e pensar a tecnologia como garantidora da interação humana, ou seja, como instrumento multiplicador das oportunidades de interação dialógica nas redes digitais, ressaltando, contudo, que a Igreja Católica se vê com responsabilidade espiritual sobre a Comunicação. Isso fica mais evidente na proposta do Plano Integrado de Comunicação Pastoral, de caráter corporativo. Conclui, portanto, que não se trata, definitivamente, de considerar as tecnologias apenas como potencializadoras dos processos comunicativos, mas de repensar também a práxis eclesial de maneira significativa para a sociedade.

É necessário ressaltar o traço dinâmico e heterogêneo do documento antilhano que, em termos de práticas comunicativas, podemos dizer, aproxima-se mais do Documento 99 da CNBB quando propõe uma atuação colaborativa e participativa entre todas as dioceses e comunidades católicas do Caribe no que se refere à elaboração do Plano Integrado, buscando a construção de um saber e uma prática comunicativa em comum.

Por fim, a proposta brasileira para as práticas comunicativas da Igreja Católica, por meio dos indicadores metodológicos da Educomunicação, ressalta o princípio fundante da comunicação como relação, e portanto, sua abertura ao diálogo com as mudanças do mundo, da sociedade e das suas tecnologias, estabelecendo uma atuação mais direta com as crianças e jovens como sujeitos centrais nesses e desses processos.

3. Propostas inovadoras dos três documentos

O diretório italiano sai na frente, abrindo novos horizontes para uma teoria do desenvolvimento e planejamento pastoral no âmbito da comunicação nas Igrejas da Itália.

O documento antilhano traz a proposta de um projeto piloto do Plano Integrado de Comunicação Pastoral a ser desenvolvido a partir de bases comunitárias.

E o Documento 99 da CNBB inova com a Educomunicação, uma proposta conceitual ainda epistemologicamente em consolidação, como base de sua escolha metodológica de educação para a comunicação e gestão comunicativa do plano pastoral.

A Educomunicação como dimensão indispensável no exercício pastoral e sua relação com as metodologias emergentes

“A educomunicação, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência” (De Oliveira Soares, 2011, p. 44).

O conceito de Educomunicação apresenta-se como um elemento integrador e colaborativo na produção, circulação e recepção de saberes. No âmbito da comunicação católica, trata-se da apropriação de uma metodologia capaz de trazer novas perspectivas na democratização do saber, do criar e, sobretudo, do vivenciar da comunicação. Isso significa que, numa perspectiva de transversalidade dos documentos aqui analisados, a Educomunicação surge como alternativa às opções clássicas e tradicionais da Igreja. Vale dizer, a prática educamunicativa, reconhecidamente dialógica e transformadora (Citelli, 2004), representa um signo novo no exercício pastoral e nas práticas de comunicação católica.

Na prática, o conceito ainda está em perspectiva de aprendizagem, contudo já circula, sobretudo no âmbito brasileiro, nas produções e interações que envolvem a comunicação da Igreja. São sujeitos e atores que, em diversos níveis, utilizam a gestão da comunicação, os processos de educação para comunicação (De Oliveira Soares, 2011) e a leitura crítica dos meios como forma de operar o cotidiano do exercício pastoral. Trata-se de uma inovação que reconhece que, para além do “tradicional”, de emissão e recepção, é necessária uma abordagem participativa, dialógica e transformadora em relação à mídia e aos meios de comunicação. Tal perspectiva é apresentada claramente no decorrer do documento 99 da CNBB e estabelece a Educomunicação como um alicerce para esse novo fazer comunicativo.

A partir da inter-relação da Conferência Episcopal Italiana, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Conferência Episcopal das Antilhas, evidenciadas nessa aproximação dialógica entre seus documentos, pudemos identificar e destacar elementos comuns e de inovação entre suas opções políticas discursivas sobre a comunicação na Igreja e da Igreja. Com isso, a Educomunicação representa e apresenta uma inovação significativa nesse contexto, pois mobiliza agentes pastorais e a própria Igreja a repensar os fluxos comunicacionais: em contraposição ao tradicionalmente funcional, apresenta-se o dialógico e participativo.

As práticas educomunicativas são reconhecidas pela interação horizontal e pela garantia de participação de todos os que estão envolvidos na ação comunicativa. Com isso, o *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil* aponta caminhos alternativos para que os agentes comunicadores possam integrar a “missão da Igreja na promoção de um diálogo permanente, nos diversos setores e organismos da sociedade” (CNBB, 2014, p. 99). É nesse sentido que tratamos o conceito como indispensável.

Conclusões

Quisemos com a análise dos três documentos fazer uma breve sistematização das experiências comunicacionais das três conferências episcopais, italiana, do Brasil e das Antilhas, a fim de compreender as características de cada uma delas, levando em consideração os pontos de contato e as ações convergentes de cada uma, e também, buscando refletir sobre as diferenças dos processos e estratégias adotados no que se refere à educação e à comunicação nas práticas da Igreja Católica nos três países em questão.

Consideramos que esse estudo, ao se realizar em forma de comparação analítica descritiva exploratória, observando com detalhamento diversos pontos de cada um dos três documentos episcopais, nos permitiu examinar com mais clareza e definição as características dos processos metodológicos adotados na prática comunicativa da Igreja Católica, podendo assim, extrair as experiências mais relevantes de cada uma delas no campo da comunicação, ao pensarmos essa prática de maneira dialógica, crítica e transformadora.

Nesse sentido, acreditamos que o objetivo principal deste trabalho se faz alcançado de maneira satisfatória, uma vez que o exercício do pensamento crítico e livre de julgamentos moralizantes se faz presente na análise dos documentos selecionados, com a finalidade última de buscar e descrever as ações que foram mais relevantes em cada uma das três experiências e aquelas que podemos questionar, sempre levando em consideração o contexto em que cada documento foi elaborado, a saber, suas condições de tempo, espaço, língua, situação socioeconômica, meio cultural, etc.

Em suma, não há documento mais expressivo que outro e não faz sentido criar escalas e gradações de importância: vale dizer, os três registros, o diretório de comunicação da Itália, o diretório de comunicação do Brasil e a carta pastoral das Antilhas, nos apresentam caminhos e experiências a serem analisados de maneira crítica com o objetivo último de pensar o campo da comunicação nas práticas da Igreja Católica de maneira relacional, onde a cultura do encontro supere a midiática no discurso e na prática com o outro e com o mundo.

As rápidas mudanças pelas quais todas as sociedades vêm passando no que se refere ao desenvolvimento das tecnologias, da informação e da comunicação demandam que, enquanto instituição evangelizadora, samaritana, consoladora e libertadora, a Igreja Católica esteja atenta a essas mudanças, não apenas para saber dialogar de forma técnica ou instrumentalizada com os mais distintos grupos, mas também, para contribuir com a missão de formar cidadãos críticos, dialógicos e livres para exercerem práticas e saberes cristãos. E, nesse sentido, destacam-se crianças e jovens como sujeitos centrais dos processos educacionais, aflorando daí o reconhecimento de metodologias emergentes na comunicação católica que oferecem, em última instância, um novo olhar para os processos, para os sujeitos e, sobretudo, para o fenômeno comunicativo na missão evangelizadora da Igreja.

Referências

- Adilson Citelli (2004). *Comunicação e Educação: a linguagem em movimento*. 3ª edição, São Paulo: Senac.
- AEC (2017). *Being Church in a Digital Milieu: a Pastoral Letter on Communications from the Bishops of the Antilles Episcopal Conference*. August 6, 2017. Disponível em: <<http://aecbishops.org/download/a-pastoral-letter-new-ways-of-being-church-in-a-digital-milieu/>>. Acesso em 28 set. 2017.
- CEI (2004). *Comunicazione e Missione: direttorio sulle comunicazioni sociali nella missione della Chiesa*. Roma: Librerie Editrice Vaticana.
- CELAM (2007). *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida: CNBB, Paulus e Paulinas.
- Citelli, A. (2004). *Comunicação e Educação: a linguagem em movimento*. 3ª edição, São Paulo: Senac São Paulo.
- CNBB (2014). *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*. Documento 99. Aparecida: Paulinas.
- CNBB (2018). *Guia de Implantação da Pastoral da Comunicação*. Brasília: Edições CNBB.
- CNBB (2018). *Orientações Pastorais para as Mídias Católicas: imprensa, rádio, TV e novas mídias*. Brasília: Edições CNBB.
- Corazza, H. (2016). *Educomunicação: formação pastoral na cultura digital*. São Paulo: Paulinas.
- Corazza, H.; Puntel, J. (2019). *Os Papas da Comunicação: estudo sobre as mensagens do Dia Mundial das Comunicações*. São Paulo: Paulinas.
- De Oliveira Soares, I. (2011). *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas.
- Hesse-Biber, S.; Leavy, P. (Eds.). (2008). *Handbook of Emergent Methods*. New York: Guilford Press.
- Martins do Rosário, N.; Bonin, J. (Orgs). (2013). *Processualidades Metodológicas: configurações transformadoras em comunicação*. Florianópolis: Insular.
- Orozco Gómez, G. (2014). *Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. São Paulo: Paulinas.
- Papa Paulo VI. (1996). *Decreto "Inter Mirifica" sobre os Meios de Comunicação Social*. Roma: Editora Vaticana. Disponível em <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/

ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html> Acesso em 05 de junho de 2019.

Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. (1992). *Instrução Pastoral "Aetatis Novae" sobre as Comunicações Sociais no Vigésimo Aniversário de "Communio et Progressio"*. Roma: Editora Vaticana. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_22021992_aetatis_po.html> Acesso em 05 de junho de 2019.

Puntel, J. (2008). *Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas.

Vassallo de Lopes, M.I. (2009). *A metodologia da pesquisa na rede: projeto para o programa Ensinar com Pesquisa - 2009*. São Paulo: ECA/USP. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/cecom/media/metodologia_pesquisa_rede.pdf> Acesso em 20 de maio de 2019.

Vassallo de Lopes, M.I. (2010). *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola.